

LIMITES E PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL¹

Thiago Roniere Rebouças Tavares
thiagoroniere@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das leituras e discussões realizadas na disciplina: Políticas Públicas de Agrocombustíveis e Soberania Alimentar no Brasil e Cuba ofertada no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista.

O modelo de desenvolvimento econômico pautado sobre a lógica da reprodução ampliada do modo de produção capitalista tem provocado, a nível global, uma série de crises, intrínsecas a este sistema, que reverberam sobre os mais distintos setores da sociedade. Desta forma, podemos refletir sobre as últimas crises, tão espetacularizadas pelos meios de comunicação, e nos perguntarmos: como este sistema econômico consegue sobreviver a estas crises?

Para responder tal indagação, precisaríamos, com antecedência, fazer uma análise menos superficial daquelas veiculadas pelas grandes corporações da comunicação e observarmos um pouco mais de perto as pretensas saídas e os desdobramentos socioterritoriais que o capital e seus gestores encaminham - estejam estes presentes na esfera pública, aparelhando o Estado e se apropriando de suas ferramentas, assim como na esfera privada.

Dito isto, não podemos deixar de nos apoiar em análises mais críticas da realidade, realizadas por pesquisadores e movimentos sociais, dentre outros, que se contrapõem ao discurso hegemônico, denunciando um caráter bem mais agressivo do capital, a cada nova estratégia para manutenção de sua acumulação. Desta forma, temos a possibilidade de tomarmos conhecimento da devastação ecológica que ameaça as bases naturais para manutenção do planeta (PORTO-GONÇALVES, 2006), as guerras imperiais (CHOMSKY, 2008) o avanço do capital no campo e as formas de organização da resistência camponesa (OLIVEIRA, 2001, 2002; FERNANDES, 2000, 2008), o solapamento dos direitos trabalhistas e das organizações trabalhistas fabris (ANTUNES, 2005), dentre outros.

No bojo dos movimentos sociais, podemos apontar como referência de resistência ao modelo de desenvolvimento do capital no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores-MAP, o Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, movimentos de caráter urbano como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto-MTST, que reivindicam o direito a cidade e a moradia, assim como experiências crescentes desenvolvidas por organizações políticas que retomam a tradição organizativa dos primeiros sindicatos no Brasil, o anarquismo.

¹ Texto apresentado como critério de avaliação final à Disciplina “Políticas Públicas de Agrocombustíveis e Soberania Alimentar no Brasil e Cuba”, ministrada pelos professores Bernardo Mançano Fernandes, e Angelina Herrera Sorzano e Federico Sulroca Dominguez (convidados) junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente.

Para este texto, buscamos aprofundar um pouco o debate sobre a política de agrocombustíveis no Brasil e as críticas, feitas por ONGs, pesquisadores, movimentos sociais e etc. Na primeira parte do texto explanamos a definição sobre: o que são os agrocombustíveis, situando o Brasil no contexto global das crises energética e ambiental. Na segunda parte, apresentamos o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB-, aproximando seu discurso ao do PROALCOOL e fortalecimento do agronegócio sob esta política. Na terceira parte apresentamos alguns dos desdobramentos desta política sob orientação do agronegócio, seguida logo, das considerações finais.

A ESCASSEZ DO PETRÓLEO, O DISCURSO AMBIENTAL E AS SAÍDAS VIA CAPITAL NO CAMPO BRASILEIRO

Com a finalidade de substituir o petróleo, enquanto energia poluidora, não renovável, próximo a escassez e de difícil acesso, assim com diminuir a emissão de gases poluentes na atmosfera causadora do efeito estufa e do aquecimento global, países ricos em capital e grandes corporações transnacionais, dentre outros, tem investido, seja na compra de terras², seja no desenvolvimento tecnológico, para produção dos chamados “combustíveis limpos”. Desta forma, reproduz-se o modelo de geração de lucro, sob o manto da proteção ambiental.

Diferentemente do petróleo, de origem fóssil, os agrocombustíveis são combustíveis derivados de oleaginosas, ou seja, de plantas e sementes oleaginosas. Ideologicamente, na linguagem escolhida pelos gestores e representantes do capital, é denominado de bicomcombustível, na qual há o seqüestro do prefixo *Bio*³, que significa vida - de origem grega-, e retirada do prefixo *Agro*, que denunciaria sua origem agrícola, mascarando assim algumas contradições postas na sua produção.

O que se está em curso é uma grande aliança entre três tipos de capitais transnacionais: as empresas petrolíferas - que desejam diminuir a dependência do petróleo, como a Petrobrás e a Standard Oil, por exemplo -; as automobilísticas - que desejam seguir com esse padrão de transporte individual para obter lucro -; e as empresas do agro-negócio - como a Bunge, a Cargill e a Monsanto, que desejam continuar monopolizando o mercado mundial de produtos agrícolas (STEDILE, 2007). O Brasil, sob esta ótica, enquanto país com grandes extensões de terras agricultáveis se posiciona estrategicamente como foco para investidores manterem sua margem de lucro.

Para atender aos interesses e executar este projeto político, o governo brasileiro em 13 de janeiro de 2005, publicou a Lei 11.097, estabelecendo a adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel comercializado no país. A obrigatoriedade desta lei, também instituía que

² Para mais dados ver: FERNANDES, B. M. Soberania Alimentar como Território. (s.d)

³ Em nosso texto optamos politicamente por utilizar o termo agrocombustíveis.

este percentual se tornaria crescente chegando em 2007 a 2%, e em 2012 a 5% de todo diesel comercializado em território nacional.⁴

Segundo a cartilha divulgada pela Via Campesina⁵, Biodiesel e bicompostíveis: energia, alimento, renda e trabalho para o Brasil e para o mundo, seriam necessários 800 milhões de litros de biodiesel para alcançar a meta de 2%, sem contar com as possibilidades de exportação, aspecto que sucinta reflexão.

“Só para atingir a meta de 800 milhões de litros – previstos para 2007 – precisaríamos uma área plantada de girassol, por exemplo, em torno de 700 mil hectares ou área necessária com plantio de mamona, ao redor de 400 mil hectares. Caso se pense o óleo de soja com matéria prima, para atingir a meta de 2007 seriam necessários 2 milhões de hectares de soja plantada, o que demonstra que esta fonte de matéria prima não será a mais viável.(VIA CAMPESINA, s.d, p.8-9)”

Anualmente o Brasil consome cerca de 40 milhões de litros de diesel. Orientado por um programa que visa estabelecer em 2012 o percentual de 5% no diesel consumido comercialmente, isto resultaria em uma demanda de 2 milhões de toneladas de óleo vegetal por ano. Em 2004 o Brasil produziu cerca de 5,5 milhões de toneladas de óleo de soja, dos quais, aproximadamente 2,4 milhões de toneladas foram exportadas (GUTERRES apud VIA CAPESINA, s.d).

Como já dito, o Brasil, nestas circunstâncias, se apresenta como um potencial líder na produção dos agrocombustíveis, no entanto, os impactos socioterritoriais acarretados por uma produção com escala tão grande, colocaria o país na liderança também em desigualdade e injustiça.⁶

Dito isto e refletindo sobre as possibilidades de exportação, já que a demanda por agrocombustíveis tende a crescer para países “pobres” em terra, podemos começar a indagar se a produção de agrocombustíveis se justifica realmente pela busca em solucionar um problema ambiental ou este é apenas um manto que encobri mais uma estratégia de reprodução do capital.

O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BODIESEL, O PROALCOOL E O FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO.

Para impulsionar a produção de agrocombustíveis no Brasil, o Governo Federal instituiu o PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. As diretrizes que norteiam este projeto são: implantar um programa sustentável, promovendo a inclusão social; garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; produzir o bicompostível a partir diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

⁴ O diesel com 2% de biodiesel recebe a nomenclatura B2, com 5% B5, assim até o B100, quando o diesel não possuir mais derivado fóssil.

⁵ Articulação de Organizações camponesas de nível internacional.

⁶ Estes impactos serão abordados na parte 3 deste texto.

Segundo a cartilha do governo que esclarece e divulga os marcos regulatórios do PNPB, seu histórico de criação, de forma resumida, tem como referencia, o dia 02 julho de 2003 em que o governo estabeleceu um Decreto que criava um Grupo de Trabalho Interministerial para estudar a viabilidade do projeto. No mesmo ano, no dia 23 de dezembro outro Decreto implementava o PNPB, na qual a estrutura gestora do Programa se estruturava em uma Comissão Executiva Interministerial.

Em 31 de março de 2004, foi aprovado o plano de trabalho que nortearia as ações do PNPB e, durante todo o ano, o Grupo trabalhou para desenvolver todas as etapas e logo após um ano e meio do primeiro Decreto que criava o Grupo de Trabalho para pensar o projeto, no dia 06 de dezembro de 2004, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, lançava o marco regulatório que introduzia o biodiesel na Matriz Energética Brasileira.

No dia 13 de janeiro 2005 foi publicada a Lei 11.097, marcando a porcentagem e a proporção gradativa de introdução da quantidade de biodiesel ao diesel, buscando assim, impulsionar a comercialização deste no país.

Uma das estratégias presentes no PNPB que visa consolidar a cadeia produtiva do Agrocombustível sob ótica de suas diretrizes, foi o chamado Selo Combustível Social. Este Selo será concedido aos produtores industriais que adquirirem matéria-prima de agricultores familiares, assim como definirem a renda, o prazo e a assistência técnica necessária aos agricultores. Estes acordos são pressupostos para o financiamento e alguns benefícios tributários concedidos pelo governo aos empresários.

O PNPB, nestes termos, se propõe a ampliar o parque industrial brasileiro a partir de suas diretrizes “sustentáveis” promovendo além da inclusão do agricultor em sua cadeia, claramente impulsionar a produção em regiões economicamente menos desenvolvidas, no entanto, com enorme potencial para produção dos agrocombustíveis. Alguns dos aspectos que justificam este potencial para as regiões do semi-árido nordestino, assim como Norte do país, ao nosso ver, são: as culturas endêmicas e já adaptadas de cada região, como a mamona no Nordeste, o pinhão-manso, o dendê no Norte; a mão de obra barata, já que grande parte dos pequenos agricultores, nestas regiões, vivem sob circunstâncias de precariedade, devido, dentre outras questões, pela ausência de políticas públicas não assistencialistas; além de questões como: o controle da água pelo Estado e setores privados, como o açude Castanhão e o Canal da Integração no Ceará e a Transposição do Rio São Francisco.

Embora o horizonte para os agrocombustíveis no Brasil, se apresente promissor para os agricultores familiares, cabe fazer aqui algumas ponderações sobre este assunto. A primeira questão que levantamos é a respeito da semelhança desta política pública com o Programa Nacional de Álcool ou PROALCOOL de 1975 instituído pelo governo militar de Geisel. A segunda diz respeito a sua lógica econômica que promove o modelo produtivo e comercial do agronegócio.

A escalada do preço do petróleo, a partir de sua crise na década de 1970, aumentava o déficit econômico brasileiro gerado pela importação de petróleo, obrigando o país a pensar em uma nova matriz que minimizasse o desequilíbrio na balança comercial.

O programa funcionou bem, aquecendo a indústria automobilística, dinamizando os postos de gasolina e outros setores da cadeia produtiva, amortecendo também a dependência da importação de petróleo. Entretanto, no momento em que o preço do petróleo no mercado internacional caiu todo o programa entrou em colapso.

“Os preços do petróleo caíram drasticamente, o preço do açúcar no mercado mundial se tornou atraente e a crise econômica no Brasil tornou cada vez mais difícil sustentar os enormes subsídios que o programa exigia (mais de US\$ 10 bilhões ao longo da década). A produção de cana-de-açúcar foi desviada para exportações precisamente no momento em que as vendas de carros estavam em sua maior alta, gerando desabastecimento e pressionando para cima o preço do álcool, o que minou sua atratividade. A decepção dos consumidores gerou um colapso nas vendas de carros movidos a álcool e, no final da década, sua produção caiu fortemente, até ser interrompida na década de 1990.” (WILKINSON e HERRERA, 2008, p.10)

É impossível deixar de falar também dos rebatimentos sociais que esta política promoveu no espaço agrário brasileiro. A concentração de terras, o avanço da cana sobre outras culturas alimentares, a precarização dos trabalhadores rurais, além dos problemas ambientais como as queimadas, por exemplo.

Desta forma, sem querer cometer anacronismos, mais se compararmos as causas e as conseqüências que efetivaram e minaram o PROALCOOL no Brasil, podemos apontar um futuro semelhante para os agrocombustíveis. Dito de outra forma, a herança de mazelas sociais provocadas pela expansão do monocultivo da cana-de-açúcar tende a se ampliar, no entanto, desta vez para outras regiões e também sobre outras culturas.

A segunda ponderação que destacamos e que afetará diretamente os sujeitos sociais incluídas nesta política pública, é conseqüência de sua lógica mercadológica baseada nos moldes da produção do agronegócio. Segundo Welch e Fernandes (2008) o agronegócio é formulado primeiramente por Davis e Goldeberg (1957).

“Para estes autores, o agronegócio é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. No decorrer do tempo, o movimento desse complexo e suas políticas formaram um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais que trabalhavam com mais de uma *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processo em todos os sistemas do complexo. O capital controla todos os sistemas do complexo e utiliza o campesinato no sistema agrícola.[...]” (WELCH e FERNANDES, 2008, p.165)

Este projeto/modelo de integração de capitais que se materializa no campo submetendo o camponês e sua produção, toma fôlego pelas políticas públicas que mantém o principal elo desta cadeia produtiva, o agricultor, como mero fornecedor de matéria prima.

“Pela primeira vez, a agricultura camponesa foi incluída em um programa de produção através de uma política nacional. Este é o item do PNPB denominado “competitividade e inclusão social” com a criação do “Selo Combustível Social”, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esta política foi elaborada a partir da lógica da “integração” um dos princípios dos parâmetros do paradigma do capitalismo agrário. O subsídio que o governo oferece ao sistema industrial do agronegócio, na compra de uma quantidade definida pelo MDA, contribui para a manutenção da subordinação da produção camponesa ao agronegócio. O controle do processo de produção e comercialização é do agronegócio, que vem realizando investimentos em pesquisas e tecnologia para a produção em grande escala de culturas para o agrocombustível. (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2009, p.6)

Este é o mesmo modelo que se tornou hegemônico, provocando os impactos socioterritoriais já citados decorrentes do avanço da cultura da cana-de-açúcar e que agora, se materializa sobre a produção do agrocombustíveis.

IMPACTOS SOCIAIS E TERRITORIAIS NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

A consolidação da política de agrocombustíveis no Brasil é a consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico alavancado pelo agronegócio que, em outras palavras, pode significar a territorialização do capital no campo e o domínio da produção camponesa sob o aspecto econômico. É neste sentido, que procuramos agora listar alguns dos possíveis desdobramentos e os impactos advindos deste sistema que é o agronegócio, apontando, assim alguns problemas referentes à questão fundiária, a produção, a agricultura e a alimentação

Tocante a questão fundiária, o relatório da FASE (2008), aponta que a concentração de terra, da renda e do poder nas mãos do agronegócio tende a aumentar devido a intensificação das aquisições e fusões das usinas, no caso do etanol. No caso das oleaginosas, o poder se concentra no elo mais rentável da cadeia, em que poucas empresas dominam o processo de industrialização. A elevação do preço da terra, devido à expansão dos agrocombustíveis prejudica a realização da reforma agrária, além de que, contribui para a expulsão do camponês que se vê obrigado a vender ou arrendar sua terra. Sobre a aquisição de terras o relatório aponta que,

“As multinacionais estrangeiras estão adquirindo terra e investindo expressivos recursos na produção de matérias primas, especialmente cana-de-açúcar e soja, nos processos de industrialização e comercialização, bem como nos setores de infra-estruturas e equipamentos. No caso do Biodiesel, note-se que a maior parte do capital da Brasil Ecodiesel, empresa líder da produção deste combustível é estrangeira [...]” (FASE, 2008, p.131)

Referente à produção, os monocultivos se mantêm como mais um dos efeitos mais nocivos oriundos do avanço dos agrocombustíveis, já que, tendencialmente, estes terão sua produção ampliada devido a demanda exigida pelo grande mercado consumidor que pode ser aberto, inclusive para o comércio externo. Desta forma, a soja e a cana-de-açúcar, são culturas que por possuírem um passado de desenvolvimento técnico, possibilitam uma alta produtividade

quando auxiliadas pelo uso intensivo de máquinas e insumos, provocando talvez o avanço destas culturas sobre outras.

Sobre a produção de alimentos, os subsídios do governo e a crescente demanda pela produção de oleaginosas, que, sobretudo, com possibilidade de exportação, podem “incentivar” o agricultor familiar a abrir mão de sua típica produção, em favor de uma renda mais elevada. Esta descaracterização da produção camponesa sob orientação das exigências do mercado pode ter como uma de suas conseqüências uma crise alimentar, semelhante à ocorrida em 2007.

Este efeito chama atenção para uma questão séria, a Fome. Segundo dados da FAO, hoje um terço da população mundial é passível de morte por inanição ou pela carência de nutrientes básicos.

Sobre as condições do trabalhador rural que vende sua força de trabalho no corte de cana, as condições são precárias. Com extensas horas de trabalho e uma rotina degradante com péssimas condições de trabalho, grande parte destes trabalhadores sobrevive distante de suas terras acomodados em galpões insalubres. Esta é uma das faces do “combustível limpo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscamos contribuir com o debate em torno da viabilidade da produção de agrocombustíveis no Brasil a partir dos desdobramentos sociais e territoriais que a política pública, PNPB, gestada pelo governo pode provocar ao ser orientado pela lógica do mercado.

Sob o manto do discurso da crise ambiental e pela necessidade em substituir a matriz energética de origem fóssil, vários países, incluindo, especificamente, o Brasil tem criado estratégias para migração dos combustíveis derivados do petróleo para combustíveis de origem renovável. No entanto, problemáticas já postas no espaço agrário brasileiro, como a inacessibilidade a terra por grande parte de camponeses, a condição precária dos trabalhadores rurais, o êxodo rural, o latifúndio, a violência contra os trabalhadores, dentre inúmeras outras questões, não são foco para os governos vigentes.

Com apenas cinco anos após o decreto que instituiu a inclusão do biodiesel no território nacional e buscou impulsionar o desenvolvimento industrial para este setor, já podemos deduzir que, enquanto estas políticas públicas estiverem ideologizadas pelo receituário neoliberal, as mazelas no campo brasileiro não tenderão a diminuir e somente com a organização autônoma e independente dos trabalhadores, livres da tutela política do Estado e do Mercado, construindo projetos que façam contraponto ao discurso do capital, será possível visualizar a construção de uma matriz energética sensível a questão ambiental e coerente com produção de alimentos, em busca da soberania alimentar e energética para o país.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL. PNPB-Programa *Nacional de Produção e Uso de Biodiesel*. Disponível em:< <http://www.biodiesel.gov.br/programa.html>>. Acesso em 13 de setembro de 2009.

COOPERBIO, *Biodiesel e bicompostíveis: energia, alimento, renda e trabalho para o Brasil e para o mundo*. Via Campesina. s.d. (impresso)

CHOMSKY, N. O império Americano: hegemonia e sobrevivência. São Paulo: Record, 2008.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. *Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate*. Rio de Janeiro: REBRIP/FASE, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliani. Tomasi.; FABRINI, João. (Orgs.). *Campesinato: Territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273 – 301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. WELCH, Clifford Andrew. GONÇALVES, Elienai Constantino. *Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial*. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009.

GUTERRES, Enio. Apresentação In: *Biodiesel e bicompostíveis: energia, alimento, renda e trabalho para o Brasil e para o mundo*. Via Campesina. s.d. (impresso)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

STEDILE, João Pedro. Entrevista. *O monocultivo dos agrocombustíveis só interessa ao capital internacional*. Revista BIODIVERSIDAD. Adital, 2007. (impresso)

Via Campesina. Nota oficial da via campesina. *Pequenos produtores esfriam o planeta*. Via campesina, 2009

WELCH, Clifford Andrew. FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomasi.; e FABRINI, João. (Orgs.) *Campesinato e territórios em disputas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 161-190

WILKINSON, John. HERRERA, Selena. *Os agrocombustíveis no Brasil. Quais perspectivas para o campo?* Brasil: OXFAN, 2008.